

Desabafo

Embora as duas votações mais importantes ocorridas na Câmara dos Deputados esta semana estejam sendo apresentadas uma — a do IPMF — como uma vitória do governo e a outra — a da lei salarial — como uma derrota do mesmo governo, elas são, de fato, uma fragorosa derrota da população brasileira. Mais uma agressão dos políticos à sociedade.

Os números das duas votações — 77% favoráveis à cobrança do IPMF do povo e do setor privado da economia (Estados, municípios e União estão isentos) e 99,5% a favor do reajuste mensal — não deixam a menor dúvida quanto à solidez da velha “cultura política” que tem custado tão caro ao Brasil. É ocioso lamentar a ignorância de quem pensa que o simples aumento de salários irá resolver o problema da distribuição de rendas no Brasil, porque mesmo no Congresso Nacional, que pode ser chamado de tudo menos de um templo do saber, já ninguém acredita nisso. O mesmo se pode dizer sobre o efeito inflacionário dos aumentos de impostos. Nem os mais cínicos entre os nossos políticos tentam mais vender a idéia (que há muito tempo já ninguém compra, como mostram enfaticamente as pesquisas de opinião pública) de que fazem o que fazem para defender os desfavorecidos. O jogo, agora, é claro e aberto, em toda a sua obscenidade: se, e em quem colar, estão oferecendo um falso alívio (o reajuste mensal) para o veneno real (o aumento de impostos) que estão instilando na equação inflacionária brasileira. E fazem-no com o único, exclusivo e pelo menos já não negado intuito de abrir (ou impedir que se fechem) as portas dos cofres públicos às vésperas da eleição, quando esperam conseguir mais quatro anos do seu eterno pastar sobre a Nação. Nenhum deles nega, mesmo à imprensa, que o único valor prático das duas votações é o de chantagear o governo à custa da população, para arrancar dele mais concessões pelas quais o povo pagará mais adiante.

Alegam todos eles, assim como alega até o líder do governo, Roberto Freire — o que serve para reforçar o surrealismo do que se chama política no Brasil —, que a votação dos reajustes mensais de salários, o passo imediatamente anterior àquele “gatilho” automático que levou à inflação, com Sarney (agora quase herói!), aos quase 100% ao mês, teve o objetivo de “pressionar o governo a negociar”. Evita-se, profilaticamente, mencionar, clara e diretamente, o que se quer negociar, o que tira qualquer dúvida sobre a má consciência de todos. E ninguém recusa a afirmação de que é a fome do povo o instrumento dessa “pressão”...

Ora, o Programa de Ação Imediata do Ministério da Fazenda é, até o momento, apenas uma declaração de intenções. O seu sentido é muito claro: trata-se não de alterar as leis e normas existentes, mas apenas de reforçá-las e reafirmá-las para passar a cobrar do governo, de suas empresas e dos políticos, que também se submetam a elas, como o resto do País. Assim, por exemplo, sugere-se punir, como são punidos o diretor e os acionistas de um banco privado que malversam o dinheiro de seus clientes, também os diretores e acionistas de bancos estatais. Sugere-se aplicar, para as empresas públicas, as mesmas leis de falência que se aplicam às empresas privadas. Sugere-se aplicar aos estelionatários do dinheiro público as mesmas leis e penas que se aplicam aos este-

lionatários do dinheiro privado. E assim por diante. É por isso que ficaria muito feio dizer, com todas as palavras, que toda esta chantagem tem por objetivo fazer a nova equipe econômica desistir de enquadrar nas leis em vigor os únicos cidadãos brasileiros que vivem pisando por cima delas, impunemente, subvertendo a ordem econômica, a ordem política e a ordem moral da Nação, disseminando o vírus que instila no alto da pirâmide institucional por toda a sua base. Em vez disso, confia-se na ignorância meticulosamente plantada com a destruição do sistema de educação pública; joga-se o irritante jogo do corpo mole e dos eufemismos, à espera de que as bombas que estão sendo instaladas na base do projeto da nova equipe econômica começem a estourar.

É da monótona repetição desse expediente immoral que nasce esse mórbido fenômeno a que estamos assistindo: quando sobe um novo ministro nessa ciranda da desesperança cada cidadão começa a contagem regressiva para vê-lo cair, minado pela resistência passiva da máfia que fabrica a miséria que vemos em cada esquina:

O erro está em não denunciar essa máfia, em alto e bom som e com todas as palavras, exatamente como aquilo que ela é. Foi isso que Fernando Henrique Cardoso começou a fazer quando chegou à Fazenda. E só por isso aquela brisa de esperança soprou no País há algumas semanas. Neste momento, o novo ministro da Fazenda está fazendo o que deve fazer todo homem que preza as virtudes do estado de Direito e sabe dos riscos de se sair dele, que é dar a esta “política” com aspas que por aqui se **comete** a oportunidade de mostrar que ela merece despir-se dessas aspas para passar, um dia, a ser **praticada**, como acontece nos países civilizados.

Mas a verdade é que se mostram mais remotas a cada dia as chances de que isso venha a acontecer. E é por isso que ele não deve perder de vista a idéia que esboçou quando tomou posse e disse a que veio, que é a de pôr um fim a esta lenga-lenga sem sentido (afinal, se acreditarmos no que dizem os governadores, é o povo que está devendo a eles e não o contrário...), trazendo para dentro desta discussão, com todo o peso que ela mostrou que pode ter se quiser agir como agiu no episódio da derrubada do último presidente corrupto, a única força realmente interessada no fim desta inflação deliberadamente fabricada (e com todo o dolo do motivo torpe) que, até o momento, só participou dela como **vítima**, que é a força da opinião pública. É **besteira** esperar gestos de altruismo e patriotismo da esmagadora maioria dos homens que ocupam cadeiras no Congresso Nacional com o único propósito de continuar **pastando o Brasil**. Pedir a eles que parem espontaneamente com a orgia na qual têm vivido mergulhados é uma ilusão na qual ninguém mais acredita. É preciso **forçá-los** a fazê-lo, não só com a força das leis, que se vão desmoralizando mais a cada dia que o Judiciário passa dormindo diante dos crimes que se praticam nos palácios e nos legislativos, mas **sob cerco**, como forcaram a fazê-lo os grupos que já aprenderam com quem estão lidando e enchem as galerias do Congresso para obrigar-los a ceder-lhes um pedacinho desse pasto.

Só está faltando quem convoque o povo para isso e o lidere nessa batalha, para que ela não genere e acabe pondo um fim à nossa cambaleante democracia.